

**HISTÓRIA E REVOLUÇÃO.  
O DEZOITO BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE,  
DE KARL MARX, E NAPOLEÃO, O PEQUENO,  
DE VICTOR HUGO: UM CONTRAPONTO\***

*Izabel Andrade Marson\*\**

**Resumo**

O artigo analisa as interpretações que Karl Marx e Victor Hugo apresentaram – em suas obras *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *Napoleão, O Pequeno* – para o golpe de Estado perpetrado por Luís Napoleão Bonaparte (2/12/1851). Tem por objetivo ressaltar as mediações entre História e Política registradas na argumentação daqueles historiadores.

**Palavras-chave**

Política; revolução; historiografia; Karl Marx; Victor Hugo.

**Abstract**

*The article analyses the interpretations given by Karl Marx and Victor Hugo – presented in their works *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* and *Napoleon The Little, respectively* – concerning the “*coup d’état*” performed by Louis Bonaparte (2/12/1851). It aims to emphasize the mediations between history and politics, as registered in the argumentation of those historians.*

**Key-words**

*Politics; revolution; historiography; Karl Marx; Victor Hugo.*

A complexidade do ambiente político e intelectual que deu origem à revolução de 1848 na França ficou privilegiadamente registrada na problematização, nos argumentos e nos pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentaram Marx no preparo da obra *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, uma análise particularmente elucidativa dos eventos ocorridos naquele país entre 1848 e 1852. O inegável multifacetamento desse texto explica a atenção que vem despertando em estudiosos de vários campos das ciências humanas, pois o livro constitui, ao mesmo tempo, um testemunho, uma peça argumentativa tecida na trama da luta política de seu tempo, e, especialmente, uma reflexão teórica e crítica sobre a política liberal, as concepções burguesas sobre a história e sua instrumentalização no jogo político.

Dessa forma, esse é um texto de particular importância para os historiadores, na medida em que, além da narrativa-testemunho dos acontecimentos que precederam e sucederam o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 e das proposições políticas nele imbricadas, enseja a abordagem de várias questões historiográficas, dentre as quais vou tangenciar três: o debate historiográfico mais amplo ao qual o livro esteve relacionado; a polêmica política, teórica e metodológica específica em que esteve imbricado, na qual se destaca a crítica de Marx aos princípios e métodos praticados pelos políticos e pela historiografia liberal francesa na interpretação dos episódios de 1851, aqui representada pelo trabalho *Napoleão, O Pequeno*, de Victor Hugo; e, no reverso dessa crítica, o apontamento das mediações entre história e política inscritas em *O Dezoito Brumário*.

No que diz respeito ao primeiro problema, lembro a complexa circunstância política e historiográfica em que o livro foi escrito, pois ele coincide com o despontar de muitas obras e interpretações sobre o tema *revolução*, representativas de correntes historiográficas diversas – dentre as quais se destacam o romantismo, o positivismo, o historicismo e o socialismo –, obras criadas por políticos e intelectuais, a exemplo dos franceses Guizot, Thierry, Michelet, Tocqueville, Proudhon e Comte, do alemão Leopold von Ranke e dos ingleses Thomas Carlyle e Thomas Macaulay, apenas mencionando os mais proeminentes. Dentre outras problemáticas, afloravam nesse momento: a partilha de território entre especialidades que comporiam as ciências humanas, exatas e as artes; a definição de qual seria o estatuto da história (se ciência, arte, política ou todas essas possibilidades); o delineamento dos objetos e metodologias específicos do campo da história, referências necessárias ao ofício de historiar; e a precisão dos objetivos e significados pragmáticos do conhecimento histórico.

A segunda e terceira questões pressupõem que o referido texto de Marx possibilita a retomada de uma das facetas do debate político e historiográfico em curso, pois, embora tenha tido uma divulgação muito restrita no momento de sua primeira edição (1852), o livro

testemunha uma discussão que focava particularmente os significados do golpe de Estado de 1851, e envolvia políticos e intelectuais liberais e socialistas – a exemplo de Victor Hugo, na obra já mencionada, Proudhon, em *La Révolution sociale démontrée par le coup d'État* (também de 1852), e mesmo Tocqueville e Michelet – discussão mencionada por Marx no prefácio da segunda edição de *O Dezoito Brumário*, lançada quase 20 anos mais tarde, em 1869. Nessa possível polêmica, vou abordar o contraponto entre Marx e Hugo, um escritor já consolidado no momento em que *O Dezoito Brumário* foi escrito, e, também, um privilegiado porta-voz daquela prática historiográfica liberal de matiz republicana que Marx tanto ironiza. Esse contraponto possibilita, por um lado, explicitar a análise de Hugo sobre o contexto histórico que instaurou a República e sobre o golpe de Estado em particular; e, por outro, sistematizar o diagnóstico crítico feito por Marx dos princípios políticos e métodos da historiografia liberal.<sup>1</sup>

Embora *O Dezoito Brumário*, publicado em maio de 1852, em Nova York, preceda (em meses) o *Napoleão, O Pequeno*, devo principiar pelo texto de Hugo, pois, além de veicular a interpretação mais difundida sobre o golpe de Estado ao longo de todo o século XIX, creio que esse autor e sua obra exemplificam com muita objetividade o interlocutor e as teses com as quais Marx parece polemizar. Nesse sentido, *Napoleão, O Pequeno*, nos auxilia a compreender a argumentação apresentada no livro de Marx e a discussão, ao mesmo tempo política e historiográfica, cristalizada nas duas obras.

#### Napoleão, O Pequeno e o crime do 2 de dezembro<sup>2</sup>

Será uma narração completa do infame evento de 1851 (...). Este relato do 2 de dezembro conterá, fora os fatos escandalosos que ninguém ignora, um grande número de fatos desconhecidos (...). Vários destes fatos foram vistos, tocados, atravessados pelo autor (...) Para todo o resto o autor procedeu a uma verdadeira informação judicial; fez-se, por dizer, o juiz de instrução da história; cada ator do drama, (...) veio depor diante dele; em todos os fatos duvidosos confrontou dizeres e, quando necessário, as pessoas. Em geral, os historiadores falam com os fatos mortos (...) Esse autor, foi com os fatos vivos que ele falou. (...) certamente, o autor não é mais “imparcial” (...) como se tem o hábito de dizer quando se quer louvar um historiador. Imparcialidade, estranha virtude que Tácito não tem. (...) O homem indignado não mente.<sup>3</sup>

Redigida no exílio e publicada em Bruxelas em agosto de 1852, ou seja, oito meses após o golpe, na forma de um drama trágico, a obra de Hugo narra eventos recentes que precederam o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, perpetrado pelo então presidente da recém-instalada república francesa de 1848, Luís Napoleão Bonaparte; e a repressão – uma carnificina – realizada nos dias seguintes por soldados embriagados e corrompidos pelo

dinheiro, contra a resistência organizada por deputados republicanos que integravam a Assembléia Nacional, grupo do qual Hugo fazia parte, mas, também, contra a “população inofensiva de Paris” e das províncias: “na quinta feira 4 de dezembro de 1851, a população inofensiva de Paris, a população não engajada no combate foi metralhada sem aviso prévio e massacrada com o simples objetivo de intimidação (...)”.<sup>4</sup>

Ao mesmo tempo em que narra os acontecimentos, o autor faz uma avaliação dos atos praticados pelos principais personagens com o intuito de incriminar o golpe, seu autor e cúmplices como traidores da nação – por terem violado as determinações da Constituição; como malfeitores, por terem corrompido muitos cidadãos, e o exército, como assassino por ter massacrado, detido e exilado homens inocentes e verdadeiramente patriotas. Ao denunciar o crime e “retirar a máscara” de seus autores e da interpretação que conferiram aos acontecimentos, o livro pretendeu ser uma peça política, uma denúncia que visava despertar a consciência do conjunto da nação francesa – os homens de negócios, os soldados, os camponeses:

A França não deve aderir a esse governo pelo consentimento da letargia; em certas horas, em certos lugares, dormir é morrer (...). Aos olhos da França, aos olhos da Europa, o 2 de dezembro ainda está mascarado. Esse livro nada mais é que a mão que sai da sombra e lhe arranca a máscara.<sup>5</sup>

Segundo ele, a nação havia sido iludida pelo comportamento dissimulado do governante e por suas artimanhas políticas, dentre as quais se destacava o discurso que identificava seus atos com o socialismo; reiterava a necessidade de preservar a ordem ante a ameaça de um “conluio vermelho”<sup>6</sup> e, principalmente, assinalava a semelhança entre o desempenho político de Luís Napoleão e o de seu tio, Napoleão Bonaparte, teses de grande ressonância junto aos soldados e camponeses, que Hugo procura invalidar:

Ah, a França divaga. É preciso de algum modo acordar esta nação (...) falar com o soldado que tem uma gravura do Imperador na sua choupana e que vota em qualquer coisa por causa disso. Esse povo é bom e honesto. Compreenderá. Sim, camponês, eles são dois, o grande e o pequeno, o ilustre e o infame, Napoleão e Napoleão.<sup>7</sup>

Desempenhando o papel de historiador, o dramaturgo pretendeu, portanto, instruir um processo e demonstrar o quanto a nação estivera iludida ao conceder ao criminoso e seus cúmplices 7.500.000 votos no plebiscito instaurado em 20 de dezembro de 1851, um procedimento que ignorara o crime e absolvera os réus. Privilegiando um acontecimento (o golpe/crime) que congregou um pequeno período de tempo (dez. 1848-dez. 1851) e alguns episódios – a posse e o juramento do presidente (20/12/1848); o próprio golpe (2/12/51); a

jornada/resistência de 4 de dezembro de 1851; e o plebiscito que referendou o ato de Luís Napoleão (20-21/12/1851) –, Vitor Hugo projeta dois sentidos contraditórios para esse fato e para seus desdobramentos: ele teria configurado, simultaneamente, um crime e um marco significativo do progresso humano.

Assim, retomando-se o primeiro desses significados, o golpe constituía um delito (ao mesmo tempo político e comum), um ato “inesperado” de traição, perjúrio, saque aos cofres públicos, seqüestro, deportação, fuzilamento, massacre e assassinato, que contrariava o estágio de desenvolvimento e civilização característicos da nação francesa e do século XIX. A figura do criminoso/traidor, em especial, é construída com dados mencionados em testemunhos de alguns partidários (que acentuam seus vínculos com o socialismo e com a preservação da ordem, teses que Hugo contesta); mas também e sobretudo, de adversários, dentre eles o autor do texto, que reiteradamente projetam a imagem de um golpista e corruptor desde sempre. Hugo também recorre ao passado para demonstrar a afinidade entre o comportamento de Luís Napoleão e o de personagens históricos reconhecidamente “maus” – o duque de Alba, Carlos X, Henrique VIII, César Bórgia, Maquiavel. Dessa aproximação emerge uma imagem uniforme do réu : um homem dissimulado, quieto, arditoso, vulgar, pueril, teatral, “mas não um idiota, alguém que sabe o que quer e que agia apostando no inesperado”. Um dos objetivos mais expressivos de Hugo é marcar a diferença entre a “pequenez” política e moral de Luis Bonaparte (um vetor dos interesses e práticas remanescentes do passado absolutista – do jesuitismo e do corporativismo militar)<sup>8</sup> e “a grandeza” (na maior parte de seus atos) de Napoleão Bonaparte, que pretendeu reedificar o império do Ocidente e tornar a Europa sua vassala. Explica que “O que tornou o homem pequeno em grande fora o ardid e o dinheiro”. Porém, embora recuse a existência de uma identidade entre o sobrinho e o tio, Vitor Hugo não deixa de reconhecer algumas semelhanças entre eles, por exemplo, a ambição e a recorrência aos golpes de Estado: “o certo é que O Dezoito Brumário é um crime cuja mancha sobre a memória de Napoleão foi aumentada com o 2 de dezembro (...) mas é falso que Luís Bonaparte seja idêntico a Napoleão”.<sup>9</sup>

Mas, por outro lado, para Hugo, o fato signatário do crime também resguardava sentidos reveladores do progresso inevitável da história quando impulsionada pela sábia intervenção divina. Dessa forma, ao mesmo tempo que espelhava um conflito intrínseco à natureza humana (o livre curso de vícios: a ambição, a dissimulação) e à natureza física (um obstáculo que se antepusera ao curso natural do progresso, que símile a “um rio que corre” o removeria), sinalizava conquistas franqueadas por Deus à humanidade. Assim, apesar de ilegítimo e criminoso, o ato de Luís Bonaparte veiculara importantes revelações históricas

e políticas para a sociedade de seu tempo: a tragédia vivida pela nação francesa – símile à paixão de Cristo – atingira duramente o prestígio do império e da monarquia, suprimira os preconceitos e receios ainda existentes contra a democracia e a república:

Então não vedes que isso é uma quimera? Não vedes que o 2 de dezembro não é senão uma imensa ilusão, uma pausa, um tempo de parada, uma espécie de pano de fundo por detrás do que Deus, esse maquinador maravilhoso, prepara e constrói o último ato, o ato supremo e triunfal da revolução francesa! (...) Graças a 1848, a República (antes sempre remetida a 1793 e ao terror) não aterroriza mais; graças a Luís Bonaparte o império não fascina mais. O futuro se tornou possível. São os segredos de Deus.<sup>10</sup>

A narrativa e interpretação de Vitor Hugo sobre os acontecimentos de 1848-1852 denotam princípios e metodologia que já haviam sido tratados com particular ironia por Marx, meses antes, em *O Dezoito Brumário*. Os princípios acentuam o movimento inevitável da história em direção ao progresso, porém, predominantemente acionado por figuras (representativas de forças) exteriores à vontade dos homens e que imperavam sobre eles: a natureza, a incontornável linearidade do tempo, simultaneamente repetitivo (quando remetido à cronologia) e cumulativo (quando identificado com o progresso da civilização), e a providência divina:

Essa política de resistência é uma política funesta. Esta luta do homem contra Deus é necessariamente vã. (...) O que deverá ser, será; é preciso que o que deve cair caia, o que deve nascer nasça, o que deve crescer cresça; mas, criai obstáculos a essas leis naturais e o tumulto sobreviverá. Coisa triste essa desordem que foi chamada ordem. Obstrui a veia e tereis a doença, entravai o rio e tereis inundações, barrai o futuro e tereis revoluções.<sup>11</sup>

Por sua vez, a metodologia associa procedimentos afinados com os mencionados pressupostos: a narrativa em forma de um drama trágico referenciado especialmente nas mazelas humanas e nos desígnios divinos. A instrução de um processo e um julgamento articulando depoimentos devidamente aproveitados segundo as opiniões do historiador, juiz soberano. Uma periodização politizada, que configura meticulosamente o fato histórico, recortando episódios bastante pontualizados. A construção de uma trama que projeta alguns personagens centralizadores das ações, onde “no centro está o homem, o malfeitor e seus cúmplices”, condutores da narrativa e dos acontecimentos. E a recorrência a passagens do evangelho e à história da humanidade para neles reconhecer situações ou figuras exemplares – boas ou más – que auxiliem na elucidação dos enigmas e personagens do presente, ou seja, para comprovar ou não a repetição histórica, princípio que, combinado com a idéia de progresso, é aceito sem maiores dificuldades. Nesse procedimento, portan-

to, está pressuposto que, dada a imutabilidade dos traços da natureza física, humana e das determinações divinas, grandes fatos e personagens podem se repetir parcial ou integralmente em recorrentes e sucessivas tragédias.

#### *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*

Victor Hugo [no *Napoléon, le Petit*] limita-se à investiva mordaz e sutil contra o responsável pelo golpe de Estado. O acontecimento propriamente dito aparece em sua obra como um raio caído de um céu azul. Vê nele apenas o ato de força de um indivíduo. Não percebe que engrandece, ao invés de diminuir, esse indivíduo, atribuindo-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo na história do mundo. Eu, pelo contrário, demonstro como a luta de classes na França criou as circunstâncias e condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói.<sup>12</sup>

Também escrito “sob a pressão imediata dos acontecimentos”, o texto de *O Dezoito Brumário* constituiu originalmente um conjunto de artigos – sobre os eventos que ocorreram na França até o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 – preparados para um semanário político a ser publicado em Nova York por Joseph Weidemayer, a partir de 1º de janeiro de 1852. Todavia, a história do golpe descrita por Marx terminou integrando o primeiro número de uma publicação mensal lançada em pequena tiragem, ainda em 1852 – de título *Die Revolution* –, que substituiu o projeto original de Widemayer. Ela vinha problematizar as concepções dos republicanos franceses sobre o golpe de Luís Bonaparte, concepções sistematizadas, pouco tempo depois, nos pressupostos, na periodização, na metodologia e na interpretação apresentados por Vitor Hugo no *Napoleão, O Pequeno*.

Nesse sentido, Marx recusa as explicações centradas privilegiadamente no comportamento de Luís Napoleão e alguns cúmplices, na vontade da providência divina ou no curso natural dos tempos. Recusa também a percepção do golpe de Estado como um ato “inesperado” que tomara a nação de surpresa e colocara “um enigma” para os contemporâneos:

Não é suficiente dizer, como fazem os franceses, que a nação fora tomada de surpresa. Não se perdoa a uma nação ou a uma mulher o momento de descuido em que o primeiro aventureiro que se apresenta as pode violar. O enigma não é solucionado por tais jogos de palavras; é apenas formulado de maneira diferente. Não se conseguiu explicar ainda como uma nação de 36 milhões de habitantes pode ser surpreendida e entregue sem resistência ao cativo por três cavalheiros de indústria.<sup>13</sup>

Negando leituras que dissimulavam efetivas responsabilidades políticas historicamente engendradas, Marx substituiu “o enigma” criado pelos republicanos por um problema – o inegável apoio da esmagadora maioria do eleitorado a Luís Bonaparte – e por uma

interpretação que contemplou vários fatores. Destacou as convicções políticas de indivíduos e das classes e partidos que integravam a sociedade francesa, enfocando particularmente os republicanos, seu culto à Constituição e apego à ordem. Retomou as experiências e estratégias das revoluções burguesas do passado, em especial a Revolução Francesa de 1789, para contrapor-las ao presente. E recortou uma temporalidade mais extensa, que abarcou um número expressivamente maior de acontecimentos, e o desempenho de todos os segmentos políticos e sociais que integravam a França naquele momento.

Valorizando os interesses e a luta entre as classes como razões impulsionadoras do percurso da história, interpretou os episódios de dezembro de 1851 como uma batalha da guerra civil iniciada em fevereiro de 1848, na qual toda a sociedade estava envolvida, e como etapa na confecção de um projeto de República, símile da Monarquia, que deveria ser gerenciado pelas frações mais conservadoras da burguesia francesa. As explicações sobre o golpe de 1851 apontaram as afinidades políticas e a atuação conjugada, nos momentos que antecederam a ação de Luís Bonaparte, entre os signatários do golpe e quase todos os grupos políticos que compunham a sociedade francesa.

Nesse sentido, sinaliza que havia entre o golpista, seus parceiros, os republicanos de vários matizes e os monarquistas, uma afinidade de opinião em torno da defesa da propriedade, da família, da religião e da ordem; do apoio à República burguesa contra a República social, esta última considerada por Marx como o único projeto verdadeiramente revolucionário. Segundo ele, esse projeto havia sido percebido pelo operariado de Paris no decorrer dos acontecimentos que levaram à queda da monarquia, em fevereiro de 1848, e à instalação de um governo provisório no qual esses operários haviam conseguido ocupar um inédito espaço político.

Enquanto o proletariado de Paris deleitava-se ante a visão das amplas perspectivas que se abriam diante de si e se entregava a discussões sérias sobre os problemas sociais, as velhas forças da sociedade se haviam agrupado, reunido, concertado e encontrado o apoio inesperado da massa da nação: os camponeses e a pequena burguesia, que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras da monarquia de julho caíram por terra. (...) À monarquia burguesa de Luís Felipe só pode suceder uma república burguesa, ou seja, enquanto um setor limitado da burguesia governou em nome do rei, a burguesia governará agora em nome do povo. As reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos, a que se deve pôr um paradeiro (...).<sup>14</sup>

Dessa maneira, Marx delega a responsabilidade do golpe e da violência nele imbricada aos grupos que – sob a alegação de que era preciso proteger a qualquer custo a Constituição que se encaminhava na Assembléia e debelar os “inimigos da sociedade”, organizados no “partido da anarquia, do socialismo e do comunismo” – se alinharam no “partido da



ordem” para derrotar o proletariado de Paris nas jornadas de junho de 1848 – a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpemproletariado, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural:

Enquanto os republicanos burgueses se entretinham na Assembléia, em criar, discutir e votar essa Constituição, fora da Assembléia, Cavaignac mantinha o estado de sítio em Paris. O estado de sítio foi a parteira da Assembléia Constituinte em seus trabalhos de criação republicana. Se a Constituição foi subseqüentemente liquidada por meio de baionetas, é preciso não esquecer que foi também por baionetas, e estas voltadas contra o povo, que teve que ser protegida no ventre materno e trazida ao mundo.<sup>15</sup>

Marx se singulariza a Hugo também na sinalização dos marcos que periodizam os eventos. Enquanto o dramaturgo-historiador centra sua atenção nos episódios de dezembro de 1851, a exposição de Marx minimiza o “fato/golpe” recuando os marcos, integrando-o num longo processo, ampliando o leque dos acontecimentos a serem tratados e os personagens envolvidos, projetando e centrando sua atenção nas ocorrências de fevereiro a junho de 1848. Portanto, no lugar dos dois únicos momentos anotados por Hugo (o período anterior e posterior ao golpe) registra três grandes fases, valorizando expressivamente as duas primeiras.

O primeiro período, considerado como o mais importante pelo historiador, abrangia os meses de fevereiro a maio de 1848 – ou o “Prólogo da revolução” – momento em que a resistência ao governo de Luís Felipe superou em muito as expectativas inicialmente restritas a uma reforma eleitoral e em que o proletariado de Paris anunciou um insuspeitado projeto de revolução social:

(...) o período de fevereiro (...) pode ser chamado o prólogo da revolução. Seu caráter foi oficialmente expressado pelo fato de que o governo por ele improvisado apresentou-se como um governo provisório (...) Nada e ninguém se atrevia a reclamar para si o direito de existência ou de ação real. (...) Não podia ser de outra maneira. O objetivo inicial das jornadas de fevereiro era uma reforma eleitoral, pela qual seria alargado o círculo dos elementos politicamente privilegiados da própria classe possuidora e derrubado o domínio exclusivo da aristocracia financeira. (...) porém, quando o povo levantou as barricadas, a Guarda Nacional manteve uma atitude passiva, o exército não ofereceu nenhuma resistência séria e a monarquia fugiu, a república pareceu ser a seqüência lógica. Cada partido a interpretava a seu modo. Tendo-a conquistado de armas na mão, o proletariado imprimiu-lhe a sua chancela e proclamou uma república social. Indicava-se, assim, o conteúdo geral da revolução moderna (...).<sup>16</sup>

No segundo período – de 4 de maio 1848 a fins de maio de 1849, momento de atuação da Assembléia Nacional Constituinte – foi redigida a nova Constituição e com ela fundada uma República burguesa ou, em outros termos, tiveram lugar os fatos “em que se reduziu os

resultados da revolução à escala burguesa”, ou seja, uma associação de classes derrotou e expurgou a almejada revolução social defendida pelo proletariado de Paris. Foi a conjuntura da Insurreição de Junho de 1848, quando “do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio”. Nessa circunstância, não relatada por Hugo em seu texto, a violência autorizada por todas as outras classes, dentre elas “os intelectuais de prestígio”, atingiu um segmento particularizado:

A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpemproletariado organizado em guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio. Mais de três mil insurretos foram massacrados depois da vitória e quinze mil foram deportados sem julgamento.<sup>17</sup>

O período que antecedeu ao golpe, de maio de 1849 a dezembro de 1851, quando se instaurou a República Constitucional ou Assembléia Nacional Legislativa, coincide com o momento em que, dadas as divergências de interesses e de leituras sobre como deveria ser o funcionamento da República burguesa, os grupos alinhados no “partido da ordem” (os republicanos pequeno-burgueses democratas, o partido republicano burguês e os monarquistas, que já haviam afastado o partido proletário) se hostilizaram e acabaram por a se excluir da cena política, abrindo espaço para o domínio dos monarquistas e franqueando a ascensão de Luís Bonaparte.

Marx localiza o ponto nodal dos conflitos entre os partidos que haviam derrotado o proletariado, nas diferentes concepções existentes entre eles sobre quais deveriam ser os poderes e direitos da Assembléia Nacional e do Executivo (investido no presidente Luís Bonaparte) e, sobretudo, a qual dessas instituições caberia a hegemonia no governo. Também deixa claro que, além dos discordantes interesses de classe, a disputa pelo poder naquela circunstância se assentou em um outro lugar: o próprio texto da Constituição recém-estabelecida. Em seu entender, o texto constitucional alocara o poder político em duas instâncias que se excluía mutuamente – a Assembléia e o Presidente –, ou seja, a Constituição possuía “duas cabeças”:

O domínio exclusivo dos republicanos burgueses durou apenas de 24 de junho a 10 de dezembro de 1848 (...). Resumiu-se na elaboração da Constituição republicana e na proclamação do estado de sítio em Paris. A nova Constituição era, no fundo, apenas a reedição, em forma republicana, da Carta Constitucional de 1830 (...) Esta Constituição (...) era, contudo, como Aquiles, vulnerável em um ponto; não no calcanhar, mas na cabeça, ou, por outra, nas duas cabeças em que se constituiu: de um lado, a Assembléia Legislativa, de outro, o presidente. (...) De um lado estão setecentos e cinquenta representantes do povo, eleitos por sufrágio universal e reelegíveis; (...) constituem uma Assembléia Nacional que desfruta de onipotência legislativa,

decide em última instância sobre as questões de guerra, de paz, de tratados comerciais, possui, só ela, o direito de anistia e, por seu caráter permanente, ocupa perpetuamente o prosicênio. Do outro lado está o presidente, com todos os atributos do poder real, com autoridade para nomear e exonerar seus ministros (...), com todos os recursos do Poder Executivo em suas mãos, (...). Tem atrás de si todo o poder das Forças Armadas. Goza do privilégio de (...), suspender a Guarda Nacional, destruir (...) os conselhos gerais, cantonais e municipais eleitos pelos próprios cidadãos. (...) Assim, enquanto a Constituição outorga poderes efetivos ao presidente, procura garantir para a Assembléia Nacional o poder moral.<sup>18</sup>

Portanto, entre 1849 e dezembro de 1851, o poder efetivo do presidente eleito por sufrágio universal – apoiado nas Forças Armadas e nos grupos monarquistas – foi gradativamente se impondo ao poder moral da Assembléia e eliminando, através de pequenos golpes sucessivos, um a um, os grupos republicanos. No entendimento de Marx, quando comparado à revolução de 1789, acontecia ali um processo revolucionário, porém invertido:

Na primeira revolução Francesa, o domínio dos constitucionalistas é seguido do domínio dos girondinos e o domínio dos girondinos pelo dos jacobinos. Cada um destes partidos se apóia no mais avançado. Assim que impulsiona a revolução o suficiente para se tornar incapaz de levá-la mais além, e muito menos de marchar à sua frente, é posto de lado pelo aliado mais audaz que vem atrás e mandado para a guilhotina. A Revolução move-se, assim, ao longo de uma linha ascensional.

Com a revolução de 1848 dá-se o inverso. O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno-burguês democrático. É traído e abandonado por este a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de junho. O partido democrata, por sua vez, se apóia no partido republicano burguês. Assim que consideram firmada a sua posição, os republicanos burgueses desvencilham-se do companheiro inoportuno e apóiam-se sobre os ombros do partido da ordem. O partido da ordem ergue os ombros fazendo cair aos trombolhões os republicanos burgueses e atira-se, por sua vez, nos ombros das Forças Armadas. Imagina manter-se ainda sobre estes ombros militares quando, um belo dia, percebe que se transformaram em baionetas (...) A revolução move-se, assim, em linha descendente.<sup>19</sup>

No processo de desenvolvimento desse confronto teriam então ocorrido sucessivas exclusões que desvaneceram as ilusórias expectativas constitucionais das classes que se haviam unido contra o proletariado, em especial aquela que pressupunha a inviolabilidade da Constituição e de sua guardiã, a Assembléia Legislativa, e que estipulava impreteríveis eleições presidenciais e o definitivo final de mandato de Luís Napoleão para o segundo domingo de maio de 1852.

A politização imbricada nesses marcos é inegável e também resguarda a preocupação do autor em apurar responsabilidades republicanas no golpe de Estado. Se o objetivo de Hugo fora inocentar esse partido, instituindo o processo do crime político e humano prati-

cado por um indivíduo (Bonaparte) e seus cúmplices contra uma surpreendida nação francesa, o de Marx foi relatar o desempenho/compromisso dessa sociedade no processo histórico de exclusão de um projeto revolucionário e da classe que o defendia, o proletariado de Paris. Se Hugo pretendia retirar as máscaras do traidor e de seus cúmplices, Marx, por sua vez, esclarece os subterfúgios dos democratas republicanos e de seus aliados para encobrir o processo revolucionário em curso, dentre eles a recorrência a personagens do passado na confecção de uma farsa política que obscureceu as vivências revolucionárias no presente.

Lembramos então, rapidamente, as célebres assertivas que iniciam o texto de *O Dezoito Brumário*: a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos; homens e acontecimentos não se repetem, a não ser como farsa; a recorrência ao passado, prática costumeira na vivência das revoluções burguesas, se constituía numa artimanha política, ao mesmo tempo instituidora de grandes imagens para suprir a pequenez de seus objetivos e glorificadora de efetivas revoluções encobertas.

Hegel observa (...) que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-51 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do *Dezoito Brumário*. (...) Mas, por menos heróica que se mostre hoje esta sociedade, foi não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade. (...) A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; (...) de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez. (...).<sup>20</sup>

Concluindo esta reflexão, gostaria de destacar como, embora partilhem alguns objetivos, princípios e procedimentos na configuração de seus textos – a instrumentalização da História como argumento para condenar o desempenho de Luís Napoleão e “enterrar sua memória”<sup>21</sup>; a recorrência a figuras apanhadas na literatura; a confecção de um drama-tragédia para fundamentar uma denúncia e apurar responsabilidades; a crença em expectativas promissoras em relação ao futuro e ao progresso, dentre outras –, em virtude das diferenças de pressupostos e de convicções políticas, Hugo e Marx sinalizam maneiras específicas de abordar o passado e fundamentar projetos inscritos na luta política para a qual suas obras foram criadas.

Nesse sentido, Hugo singulariza as acusações e projeta indivíduos, circunscreve o tempo e as responsabilidades, tece uma acusação e uma sentença, caricaturiza os personagens do presente espelhando-os nos mortos bons ou maus do passado para detectar ou

não possíveis repetições, e exacerba a linguagem do drama de maneira a quase transfigurá-lo em uma farsa. Por sua vez, Marx desdobra o tempo, os eventos e as responsabilidades e faz da ironia um eficiente recurso para sistematizar uma acusação que é também uma crítica e um esclarecimento. Em *O Dezoito Brumário*, a linguagem especialmente irônica esclarece dimensões pouco divulgadas de uma tragédia bem mais ampla, que o drama de Hugo não pretendeu documentar.

Nesse partilhamento de recursos utilizados para a confecção do texto, o contraponto mais expressivo para o historiador se situa no ato de tornar a história um eficiente argumento da política. Enquanto Hugo recorre aos personagens do passado para ressaltar o quanto sobreviviam, ou não, no presente e, através deles, valorizar uma revolução plenamente realizada, a revolução burguesa, Marx inverte os significados desses procedimentos: acentua as historicidades e recusa as conjurações dos mortos como farsas que obscureciam proposições efetivamente inovadoras, para sinalizar uma inédita revolução, a revolução social do século XIX. Por isso reitera que, naquele momento, a política revolucionária cobrava o abandono da “veneração supersticiosa do passado”, condição *sine qua non* para que a classe operária e suas lideranças buscassem “sua poesia” no futuro e concretizassem a revolução social ansiada não apenas por eles, mas, também e particularmente, pelo próprio historiador.

*Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005*

#### Notas

\* Este trabalho integra pesquisa financiada pelo CNPq.

\*\* Professora Doutora do Departamento de História do IFCH/Unicamp.

<sup>1</sup> Uma instigante reflexão abordando especialmente as concepções políticas de Hugo e Marx foi publicada por Raymundo Faoro, em “O séquito de Napoleão”. Folhetim. *Folha de S. Paulo*. 13/3/1993.

<sup>2</sup> HUGO, V., *Napoleão – O Pequeno*. Tradução Márcia M. de Aguiar, São Paulo, Ensaio, 1996. O livro – que, dado seu sucesso, teve três edições em 1852 – precedeu e incorporou parte de *A história de um crime*, outra obra de Hugo sobre o mesmo tema (embora destacando a resistência republicana ao golpe de Luís Napoleão) publicada, também em 1852, pouco tempo depois do *Napoleão - O Pequeno*.

<sup>3</sup> Texto particularmente elucidativo dos paradigmas metodológicos do historiador Hugo, no qual anunciou o preparo de *A história de um crime*, livro referenciado por Jean-Claude Fizaïne no histórico que acompanha a edição francesa (de 1987) do *Napoléon, Le Petit*.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 18-19.

*Proj. História, São Paulo, (30), p. 137-150, jun. 2005*

149

<sup>6</sup> “Não é ele que faz socialismo, é o tempo (...) O que Bonaparte fez (o crédito fundiário, as estradas de ferro, a diminuição da renda) outros Imperadores também fizeram. (...) O ponto de partida do socialismo é a educação, é o ensino gratuito e obrigatório, são as luzes”. Para Hugo, o “conluio vermelho” era uma invenção para justificar o golpe, uma “assombração da Carochinha ressuscitada; o ogro do velho Perrault travestido de socialista”. Ibid., p. 59, 113.

<sup>7</sup> Ibid., p. 64.

<sup>8</sup> Ibid., p. 57.

<sup>9</sup> Ibid., p. 30,62.

<sup>10</sup> Ibid., p.170; 205.

<sup>11</sup> Ibid., p. 110-11.

<sup>12</sup> MARX, K. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In: *Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni et al. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. Prefácio do autor à 2a. edição, p. 325.

<sup>13</sup> Ibid., p. 333.

<sup>14</sup> Ibid., p. 334. Grifos originais.

<sup>15</sup> Ibid., p. 341. Grifos originais.

<sup>16</sup> Ibid., p. 333-34.

<sup>17</sup> Ibid., p. 334.

<sup>18</sup> Ibid., p. 338-340.

<sup>19</sup> Ibid., p. 345-346. Grifos originais.

<sup>20</sup> Ibid., p. 329-330.

<sup>21</sup> “Napoleão III foi notavelmente sem sorte nas suas relações públicas. Ele foi suficientemente infeliz para unir contra si os mais poderosos talentos polêmicos de seu tempo, e as investidas combinadas de Karl Marx e Victor Hugo são suficientes, sozinhas, para enterrar sua memória, sem contar o espírito não menos mordaz de alguns talentosos jornalistas.” HOBBSAWM, E. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 119.